

# BV CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 09.023.931/0001-80

Alameda Tocantins, nº 125, 24º andar, Salas 2401 e 2402, Complemento A, Edifício West Side, Alphaville, Barueri - (SP), Brasil, CEP 06455-020

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,**  
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da BV Corretora de Seguros S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A BV Corretora de Seguros S.A. ("BV Corretora" ou "Companhia") (antiga "Votorantim Corretora de Seguros") é uma companhia de capital fechado que opera na forma de corretora de seguros, principalmente na realização de corretagem, intermediação, administração, consultoria e angariação na área de seguros e na área de serviços de assistência caracterizados como serviços complementares às

atividades de seguros.  
As operações da Companhia são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro (Conglomerado Econômico-Financeiro Votorantim), inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. As Demonstrações Contábeis, bem como Relatórios Gerenciais do Conglomerado estão disponíveis no website <https://ri.bv.com.br/>.  
No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a BV Corretora registrou Receitas de Serviços e Comissões no montante de R\$ 742,9 milhões, 57,4% superior ao mesmo período do ano anterior, quando registrou R\$ 472,1 milhões. O crescimento das receitas é reflexo principalmente da retomada do

crescimento do mercado de financiamento de veículos, no qual o Banco Votorantim S.A. (holding do Conglomerado Econômico-Financeiro Votorantim) registrou expansão em 2023, atingindo níveis de originação recorde e que por sua vez refletiram na atividade da BV Corretora. A Companhia encerrou o exercício de 2023 com lucro líquido de R\$ 391,0 milhões, resultado este 32,2% superior ao lucro obtido no exercício de 2022 (R\$ 295,8 milhões).  
A administração da BV Corretora agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

**A Diretoria**

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2023	31.12.2022		Nota	31.12.2023	31.12.2022
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>63.069</b>	<b>149.025</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>268.081</b>	<b>411.538</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	60	230	Provisões para contingências	19	664	571
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6a	–	99.273	Passivos fiscais correntes	11a	120.186	86.080
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	7	58.200	38.994	Outros passivos	12	147.231	324.887
Ativos fiscais correntes	8a	4.005	9.990	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>316</b>	<b>1.791</b>
Outros ativos	10	804	538	Outros passivos	12	316	1.791
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>206.528</b>	<b>265.504</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.200</b>	<b>1.200</b>
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6a	195.324	255.492	Capital social	13a	1.000	1.000
Ativos fiscais diferidos	8b	9.136	8.862	Reservas de lucros		200	200
Ativo imobilizado (Ativos tangíveis)	9	64	73	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>269.597</b>	<b>414.529</b>
Outros ativos	10	2.004	1.077				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>269.597</b>	<b>414.529</b>				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>EVENTOS</b>		<b>651.674</b>	<b>85.485</b>	<b>400.067</b>	<b>–</b>	<b>1.137.226</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2021</b>		<b>85.285</b>	<b>(85.285)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
Aumento de capital	13a	–	–	–	–	–
Redução de capital	13a	(735.959)	–	–	–	(735.959)
Dividendos		–	–	(400.067)	(400.067)	(400.067)
Lucro líquido do período		–	–	–	295.809	295.809
Destinações:						
Dividendos		–	–	–	(295.809)	(295.809)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2022</b>		<b>1.000</b>	<b>200</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>1.200</b>
<b>Mutações do período</b>		<b>(650.674)</b>	<b>(85.285)</b>	<b>(400.067)</b>	<b>–</b>	<b>(1.136.026)</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2023</b>		<b>1.000</b>	<b>200</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>1.200</b>
Lucro líquido do período		–	–	–	390.963	390.963
Destinações:						
Dividendos		–	–	–	(390.963)	(390.963)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2023</b>		<b>1.000</b>	<b>200</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>1.200</b>
<b>Mutações do período</b>		<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

**1. A BV CORRETORA DE SEGUROS E SUAS OPERAÇÕES**  
A BV Corretora de Seguros S.A., (Companhia, Entidade ou Instituição) é uma companhia de capital fechado que opera na forma de corretora de seguros, principalmente na realização de corretagem, intermediação, administração, consultoria e angariação na área de seguros e na área de serviços de assistência caracterizados como serviços complementares às atividades de seguros.  
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro (Conglomerado Econômico-Financeiro Votorantim), inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**a) Declaração de conformidade**  
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas conforme as disposições previstas na legislação societária vigente, tendo a sua base de preparação as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme IAS 1, as operações cujo vencimento é inferior a 12 meses estão apresentadas nestas Demonstrações Contábeis como ativo ou passivo "circulante" e as operações com vencimento superior a 12 meses são apresentadas como "não circulante", exceto os impostos diferidos (ativos e passivos) que são classificados como "não circulante".

**b) Base de reconhecimento e mensuração**  
As compras e as vendas regulares de instrumentos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são revertidos/baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa expiram ou quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, de tal forma que justifique a reversão. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na Demonstração do Resultado em Receitas/despesas financeiras no exercício em que ocorrem.

**c) Moeda funcional e moeda de apresentação**  
As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d) Estimativas contábeis e julgamentos**  
A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamentos na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas regularmente. As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Companhia são detalhadas na nota explicativa 4.

**e) Autorização das Demonstrações Contábeis**  
A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 20 de março de 2024.

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

**a) Apuração do resultado**  
As receitas são reconhecidas de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente ou CPC 48 - Instrumentos Financeiros, de acordo com a natureza de prestação de serviço ou rendimento de instrumento financeiro.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e outras aplicações, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

**c) Ativos e passivos financeiros**  
De acordo com o CPC 48, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos, devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.  
Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:  
i. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);  
ii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - designados a valor justo;  
iii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA);  
iv. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;  
v. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);  
vi. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - designados a valor justo;  
vii. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.  
Em relação aos ativos financeiros, a classificação contábil depende tanto da definição do Modelo de Negócios quanto do atendimento ao teste SPPI (*Solely Payments of Principal and Interest* - Somente Pagamento de Principal e Juros).  
O teste de SPPI evidencia se os fluxos de caixa das operações são exclusivamente formados por pagamentos de principal e juros sobre o montante principal em aberto, esta avaliação é baseada na análise de performance e nos termos do ativo financeiro. Deste modo, é necessário avaliar se os ativos financeiros incluem termos contratuais que podem mudar o período ou a quantidade dos fluxos de caixa contratuais.  
Os modelos de negócios da companhia refletem como um ativo financeiro ou grupos de ativos financeiros são gerenciados para se alcançar um objetivo de negócio. Sendo assim, a classificação dos modelos de negócios dos ativos financeiros da Companhia é feita conforme cada produto ou carteira de produtos é gerenciado, conforme requerido pelo CPC 48 e descrito a seguir:  
• Modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; nesse modelo os ativos são mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva;  
• Modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; nesse modelo os ativos são mensurados ao valor justo, ganhos e perdas são realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e juros) são reconhecidos no Patrimônio Líquido; e  
• Outros modelos de negócio: nesse modelo são classificados os ativos que não estejam enquadrados em nenhum dos modelos descritos anteriormente ou que tenham sido designados a valor justo no resultado, sendo mensurados ao valor justo, ganhos e perdas são reconhecidos diretamente no resultado.  
A classificação contábil segue o modelo de negócio atribuído, a menos que o instrumento não atenda ao Teste de SPPI. Os ativos financeiros que não passam no teste de SPPI não podem ser mensurados por meio de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, devendo obrigatoriamente serem mensurados por meio do valor justo por meio de resultado (marcação a mercado no resultado).  
• Os ativos podem ser mensurados como custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado;  
• Custo amortizado: A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da apropriação (*accrual*) dos juros do ativo financeiro no resultado.  
• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da marcação a mercado do ativo financeiro no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes".  
• Valor justo por meio do resultado (VJR): A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da marcação a mercado do ativo financeiro no resultado.

**(i) Instrumentos de Patrimônio**  
As características destes ativos financeiros não atendem os conceitos do teste SPPI, ou seja, não apresentam exclusivamente pagamento de principal e juros. Desta forma, automaticamente estes ativos devem ser classificados como valor justo por meio do resultado (VJR), exceto se a entidade optar pela opção irrevogável de classificá-los como valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Caso essa exceção seja utilizada, os ganhos ou perdas no valor justo do ativo são reconhecidos em outros resultados abrangentes e não são reclassificados para o resultado em nenhuma hipótese, somente dividendos recebidos são reconhecidos em resultado.

**(ii) Outros critérios aplicados a instrumentos financeiros**  
Os rendimentos auferidos com os ativos financeiros, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados *pro rata die*, com base na variação do indexador e na taxa efetiva de juros, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

**Ativos e passivos tributários**  
O imposto de Renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% e a Contribuição Social foi apurada com base na alíquota de 9%, ambas, aplicáveis ao Lucro tributável. A constituição do crédito tributário do imposto de Renda e da Contribuição Social está fundamentado em estudo técnico comprobatório da capacidade de sua realização preparado pela Administração.  
O PIS (Programa Integração Social) foi apurado com base nas alíquotas de 0,65% e 1,65% (regime não cumulativo), aplicáveis sobre as receitas financeiras e demais receitas auferidas pela Companhia, respectivamente, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor.  
A COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) foi apurada com base na alíquota de 4% e 7,6% (regime não cumulativo), aplicáveis sobre as receitas financeiras e demais receitas auferidas pela Companhia, respectivamente, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor.  
O ISS (Imposto Sobre Serviços) foi apurado considerando alíquota de 2% até 5% (alíquota varia de acordo com cada Município) sobre as receitas de serviços prestados pela Companhia.  
Impostos correntes ativos e impostos correntes passivos somente são compensados, e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**Ativo imobilizado (ativos tangíveis)**  
O ativo imobilizado é reconhecido pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear. Decorrente dessa prática, a taxa anual para depreciação de instalações é de 10%. A Companhia avalia ao fim de cada período de reporte se há alguma indicação de que um ativo tangível tenha sofrido desvalorização.

**Provisões, passivos contingentes, obrigações legais e ativos contingentes**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.  
Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remota não requerem provisão e divulgação.  
Ativos contingentes geralmente decorrem de eventos não planejados ou outros eventos inesperados que originam a possibilidade de um fluxo de entrada de benefícios econômicos à entidade. Os Ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Entretanto, quando a realização da receita for praticamente certa, então o respectivo ativo não é um ativo contingente e seu reconhecimento é efetuado.

**Outros ativos e outros passivos**  
Outros ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária. Outros passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas (em base *pro rata die*).

**Provisão para perdas por redução ao valor recuperável e baixa - Aplicação Geral**  
O modelo de redução ao valor recuperável prevê a constituição de provisão como perdas de crédito esperadas para 12 meses ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do contrato. Essa segregação se dá pela separação das carteiras em estágios, a migração de estágios ocorre em função do aumento/diminuição significativa no risco de crédito dos instrumentos.  
No que tange aos ativos financeiros e demais ativos, são baixados quando a provisão para redução ao valor recuperável - imparidade atingir 100% do custo do ativo e, também for constatada a inexistência, em definitivo, de benefícios econômicos futuros, seja por obsolescência, descontinuidade de uso ou quando não houver, sob quaisquer circunstâncias, a capacidade de mensurar com confiabilidade tais benefícios econômicos.

**Principais normas e interpretações que entram em vigor em 2023**  
• **Alterações no CPC 23** - Altera a definição de estimativa contábil, como sendo valores constantes nas Demonstrações Contábeis que estão sujeitos à incerteza na sua mensuração e esclarece que uma mudança em estimativa contábil decorrente de novas informações não é uma retificação de erro. As alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023. Não houve impactos na sua adoção inicial;  
• **Alterações no CPC 26 - Classificação de passivos em circulante ou não circulante**: refere-se à apresentação dos passivos no balanço, sendo que as alterações visam (i) esclarecer que tal classificação deve ser realizada com base nos direitos da entidade, existentes ao fim do período de reporte, para diferir pagamentos por mais de 12 meses; (ii) esclarecer que a classificação não é afetada por expectativas sobre quando a entidade irá exercer o direito de diferir tais pagamentos e (iii) detalhar que a liquidação se refere à transferência de caixa, instrumentos patrimoniais ou outros ativos e serviços à contraparte. As alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023. Não houve impactos na sua adoção inicial;  
• **Alterações no CPC 26 - Alterações na divulgação de políticas contábeis**: As alterações têm por objetivo requerer que apenas as informações sobre políticas contábeis que forem materiais sejam divulgadas, ou seja, aquelas capazes de influenciar na tomada de decisão dos usuários primários das informações contábeis, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumariem os requerimentos normativos. As alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023. A Companhia avaliou que as informações divulgadas atendem aos requisitos da norma.  
• **Alterações no CPC 32** - As alterações visam esclarecer que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamentos. As alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023. Não houve impactos na sua adoção inicial.

**Principais normas e interpretações que entrarão em vigor em períodos futuros**  
• **CPC 06 (R2)** - estabelece para o arrendatário (a) isenção do reconhecimento dos arrendamentos com prazo inferior a 12 meses e de valores materiais; (b) registro inicial do arrendamento no ativo (direito de uso do bem) e no passivo a valor presente (passivo representativo das obrigações do arrendamento relativas aos direitos de uso); e (c) apropriação das despesas de amortização dos direitos de uso do bem e dos juros do passivo financeiro representativo das obrigações do arrendamento relativos ao direito de uso, pelo prazo de utilização do bem. As alterações são efetivas a partir de 01 de janeiro de 2025 e não são esperados impactos quando da sua adoção.

**PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS**  
**Principais estimativas contábeis e julgamentos realizados no uso destas estimativas, bem como na aplicação de políticas contábeis**  
A elaboração de Demonstrações Contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material nas Demonstrações Contábeis. A Administração aplica, em base continuada e com revisão periódica, julgamentos que afetam os montantes apresentados nas Demonstrações Contábeis, sendo que os resultados efetivamente incorridos podem ser divergentes das estimativas. A seguir, estão descritas políticas contábeis adotadas que possuem elevado grau de julgamento.  
**a) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros**  
As exigências de provisão para perdas por redução ao valor recuperável requerem um modelo de perda de crédito esperada considerando premissas, tais como:  
• Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: A partir do acompanhamento de indicadores de risco de crédito, do monitoramento contínuo da situação financeira das contrapartes e de informações públicas consegue-se determinar se houve acréscimo ou decréscimo significativo no risco de crédito.  
• Prazo: Considera-se o prazo máximo de contrato como tempo de exposição ao risco de crédito quando há uma data de vencimento definida, caso contrário estima-se a vida esperada do ativo financeiro conforme período de exposição ao risco de crédito.  
• Informações prospectivas: Utilização de informações de caráter *forward looking*, como expectativas macroeconômicas, para refletir os impactos de eventos futuros na perda esperada.  
• Cenários de perda ponderados pela probabilidade: Utilização de cenários macroeconômicos imparciais e ponderados para estimar a perda esperada em um horizonte de tempo adequado.  
**b) Projeção de resultados futuros para a realização de ativos fiscais diferidos (créditos tributários)**  
A realização de ativos fiscais diferidos está suportada pelas projeções orçamentárias da Companhia, devidamente aprovadas pelos órgãos de Governança. Referidas projeções estão embasadas no planejamento estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico (como inflação e taxa de juros), desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros.  
**c) Valor justo dos instrumentos financeiros**  
São aplicadas técnicas específicas de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis. Tal apuração incorpora premissas sob julgamento da Administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias de mercado.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31.12.2023	31.12.2022
Disponibilidades	60	230
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>230</b>

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Exercício/2023	Exercício/2022
Receitas de serviços e comissões	742.932	472.143
Impostos sobre serviços	(13.430)	(8.942)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>729.502</b>	<b>463.201</b>
Despesas de pessoal	(53.820)	(35.173)
Outras despesas administrativas	(54.368)	(14.155)
Despesas tributárias	(68.998)	(45.220)
Outros resultados operacionais	(1.109)	(361)
<b>RESULTADO ANTES DOS RESULTADOS FINANCEIROS</b>	<b>551.207</b>	<b>368.292</b>
Receitas financeiras	32.520	76.990
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>583.727</b>	<b>445.282</b>
<b>SOBRE O LUCRO</b>	<b>(192.764)</b>	<b>(149.473)</b>
<b>IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>(193.037)</b>	<b>(146.386)</b>
Impostos correntes	273	(3.087)
Impostos diferidos	(193.037)	(146.386)
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>390.963</b>	<b>295.809</b>
<b>RESULTADO POR COTAS</b>		
Lucro básico e diluído por lote de mil cotas - R\$	1.954.820	1.479.045
Quantidade média ponderada de cotas (lote de mil)	200	200

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Exercício/2023	Exercício/2022
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>390.963</b>	<b>295.809</b>
<b>Outros resultados abrangentes que são ou serão reclassificados subsequentemente para o resultado</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>390.963</b>	<b>295.809</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Exercício/2023	Exercício/2022
<b>Fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais</b>		<b>583.727</b>	<b>445.282</b>
<b>Resultado antes de impostos e contribuições sobre o lucro</b>		<b>583.727</b>	<b>445.282</b>
<b>Ajustes ao lucro antes dos impostos e contribuições sobre o lucro</b>		<b>(4.333)</b>	<b>(14.074)</b>
Despesas / (reversão de despesas) com provisões civis, trabalhistas e fiscais	19a	93	(83)
Depreciações		10	10
Efeito de cancelamentos de contratos de seguros nas receitas de serviços e comissões		(3.436)	(13.161)
Provisão / (reversão de provisão) para perdas ao valor recuperável (impairment) de investimentos por incentivos fiscais	17	(1.000)	(904)
Despesas / (receitas) de atualização de depósitos em garantia	17	(2)	64
<b>Variações patrimoniais</b>		<b>99.397</b>	<b>919.600</b>
(Aquisição/aumento) / redução de títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		159.440	239.032
(Aumento) / redução de ativos financeiros ao custo amortizado		(19.206)	691.226
(Aumento) / redução de ativos fiscais correntes e diferidos		5.985	(3.921)
(Aumento) / redução em outros ativos		(192)	(13.508)
(Redução) / aumento de passivos fiscais		(26.713)	(411)
(Redução) / aumento em outros passivos		(1.109)	(20.917)
<b>Imposto de renda e contribuição social pagos</b>		<b>(133.218)</b>	<b>(140.954)</b>
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais</b>		<b>545.573</b>	<b>1.209.854</b>
<b>Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento</b>		<b>–</b>	<b>–</b>
Redução de capital	23a	–	(735.959)
Dividendos pagos		(545.743)	(473.844)
<b>Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento</b>		<b>(545.743)</b>	<b>(1.209.803)</b>
<b>Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(170)</b>	<b>51</b>
Início do período		230	179
Fim do período	5	60	230
<b>Aumento / (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(170)</b>	<b>51</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Exercício/2023	Exercício/2022
<b>Receitas/Despesas</b>		<b>774.343</b>	<b>548.772</b>
Receitas de serviços e comissões	14	742.932	472.143
Receitas financeiras	6b	32.520	76.990
Outros resultados operacionais	17	(1.109)	(361)
<b>Insuamos adquiridos de terceiros</b>		<b>(45.899)</b>	<b>(9.881)</b>
Comunicações	16	(655)	(79)
Processamento de dados	16	(13	

**BV CORRETORA DE SEGUROS S.A.**

CNPJ/MF nº 09.023.931/0001-80

Alameda Tocantins, nº 125, 24º andar, Salas 2401 e 2402, Complemento A, Edifício West Side, Alphaville, Barueri - (SP), Brasil, CEP 06455-020

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)**

**10. OUTROS ATIVOS**

	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos judiciais (Nota 19c)	26	23
Incentivos fiscais <sup>1</sup>	1.904	904
Despesas antecipadas	149	224
Outros	729	464
<b>Total</b>	<b>2.808</b>	<b>1.615</b>
Ativo circulante	804	538
Ativo não circulante	2.004	1.077

<sup>1</sup> Valor contábil líquido de provisões.

**11. PASSIVOS FISCAIS**

**a) Passivos fiscais correntes**

	31.12.2023	31.12.2022
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	110.937	78.495
Impostos e contribuições sobre os salários	537	482
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	-	14
PIS	1.288	1.053
COFINS	5.957	4.887
ISS	1.467	1.149
<b>Total</b>	<b>120.186</b>	<b>86.080</b>
Passivo circulante	120.186	86.080

**b) Despesas tributárias**

	Exercício/2023	Exercício/2022
COFINS	(56.468)	(37.280)
PIS	(12.188)	(7.325)
Outras	(342)	(15)
<b>Total</b>	<b>(68.998)</b>	<b>(45.220)</b>

**12. OUTROS PASSIVOS**

	31.12.2023	31.12.2022
Provisão para participações nos lucros	7.088	4.700
Provisão para despesas de pessoal	7.611	7.322
Comissões antecipadas sobre seguros	6	168
Obrigações por cancelamentos	7.266	10.702
Obrigações legais (Nota 19d)	8.113	6.165
Dividendos a pagar	111.030	295.809
Valores a pagar a sociedades ligadas <sup>1</sup>	6.255	1.637
Outros	178	175
<b>Total</b>	<b>147.547</b>	<b>326.678</b>
Passivo circulante	147.231	324.887
Passivo não circulante	316	1.791

<sup>1</sup> Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados com a controladora.

**13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social**

O Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 1.000 (R\$ 1.000 em 31 de dezembro de 2022), está representado por 200.000 ações subscritas e integralizadas (200.000 em 31 de dezembro de 2022).

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovado o aumento de Capital Social, no valor de R\$ 85.285, mediante incorporação da reserva legal, sem a emissão de novas ações e, subsequentemente, a redução de Capital Social, no valor de R\$ 735.959, sem cancelamento de ações.

**b) Reserva de lucros**

**Reserva legal**

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

**Reserva estatutária**

A lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à Reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para "Reserva estatutária", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para pagamento de dividendos.

**c) Dividendos**

Aos acionistas é assegurado dividendos mínimos obrigatórios, tanto sob a forma de dividendos de juros sobre capital próprio, correspondentes a 25% do lucro líquido de cada período, deduzindo-se o montante destinado à reserva legal (Lucro líquido ajustado).

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995 e nº 12.973/2014 e com o Estatuto Social da Companhia, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de dividendos.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia realizou as seguintes distribuições:

	Exercício/2023				Exercício/2022			
	Valor deliberado (R\$ mil)	por lote de ações - R\$	Data-base acionária	Data de pagamento	Valor a pagar (R\$ mil)	Data-base acionária	Data de pagamento	Data de pagamento
Dividendos	390.963	1.954.820	31.12.2023	279.934	111.030	31.12.2022	111.030	31.12.2024
<b>Total destinado aos acionistas</b>	<b>390.963</b>	<b>1.954.820</b>		<b>279.934</b>	<b>111.030</b>			

**14. RECEITAS DE SERVIÇOS E COMISSÕES**

	Exercício/2023	Exercício/2022
Comissão de corretagem de seguros	742.932	472.143
<b>Total<sup>1</sup></b>	<b>742.932</b>	<b>472.143</b>

<sup>1</sup> Inclui os efeitos das obrigações por cancelamentos dos contratos de seguros.

**15. DESPESAS DE PESSOAL**

	Exercício/2023	Exercício/2022
Honorários	(2.300)	(2.313)
Benefícios	(5.594)	(2.667)
Encargos sociais	(9.640)	(5.081)
Proventos	(26.740)	(19.173)
Demandas trabalhistas	(897)	(772)
Treinamentos	(421)	(218)
Participação nos lucros e resultados	(7.389)	(4.562)
Previdência privada complementar	(839)	(387)
<b>Total</b>	<b>(53.820)</b>	<b>(35.173)</b>

**16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	Exercício/2023	Exercício/2022
Aluguéis	(747)	(84)
Comunicações	(655)	(79)
Contribuições filantrópicas	(7.912)	(4.180)
Manutenção e conservação de bens	(477)	(59)
Processamento de dados	(13.633)	(1.841)
Propaganda e publicidade	(80)	(8)
Publicações	(15)	(15)
Serviços técnicos especializados	(14.122)	(3.193)
Depreciação	(10)	(10)
Outras <sup>1</sup>	(16.717)	(4.686)
<b>Total</b>	<b>(54.368)</b>	<b>(14.155)</b>

<sup>1</sup> Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados com a controladora.

**17. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS**

	Exercício/2023	Exercício/2022
Outras receitas	1.055	1.067
Reversão de provisão para passivos contingentes	-	83
Atualização de tributos pagos a maior	-	63
Reversão de provisão para perdas ao valor recuperável (impairment) de investimentos por incentivos fiscais	1.000	904
Outros	55	17
<b>Outras despesas</b>	<b>(1.109)</b>	<b>(361)</b>
Demandas fiscais	(1.948)	(1.362)
Provisão para processos trabalhistas	(93)	-
Atualização de depósitos em garantia	-	(64)
Outros	(123)	(2)
<b>Total</b>	<b>(893)</b>	<b>(295)</b>

**18. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**a) Demonstração das despesas de IR e CSLL**

	Exercício/2023	Exercício/2022
Valores correntes	(193.037)	(146.386)
IR e CSLL no país - Corrente	(193.037)	(146.386)
Ativo fiscal diferido	273	(3.087)
Provisões passivas	364	(3.005)
Outras diferenças temporárias	(91)	(82)
<b>Total</b>	<b>(192.764)</b>	<b>(149.473)</b>

**b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL**

	Exercício/2023	Exercício/2022
Resultado antes dos impostos e contribuições sobre o lucro	583.727	445.282
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(192.764)	(149.473)
Encargo total do IR (25%) e CSLL (9%)	(198.467)	(151.397)
Encargos sobre despesas não dedutíveis	(2.697)	(1.427)
Encargos sobre participações dos empregados nos lucros e resultados	2.512	1.551
Incentivos fiscais (PAT, cultura e outros)	8.384	4.430
Outros valores	(2.496)	(2.630)

**19. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**

**a) Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas - Prováveis**

A Companhia constitui provisão para demandas fiscais e cíveis com risco de perda provável, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

Para as ações fiscais, a Companhia está sujeita, em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias, a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (reduzibilidade); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISS, IRPJ, CSLL, PIS/COFINS e contribuições previdenciárias patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

As ações cíveis referem-se, basicamente, a ações indenizatórias, revisão das condições e encargos contratuais e tarifas. Para as ações classificadas como massificadas a estimativa de desfecho e valor financeiro são calculados através de modelo estatístico. Para os demais casos, as estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos e contadores com base nos elementos e decisões do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

Para as ações trabalhistas, a Companhia é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas que representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

A Administração da Companhia considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais, cíveis e trabalhistas.

**Movimentações nas provisões classificadas como prováveis**

	Demandas fiscais		Demandas trabalhistas	
	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Saldo inicial	-	67	571	587
Constituições	-	-	52	9
Reversão da provisão	-	(69)	-	(61)
Atualizações	-	2	41	36
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>664</b>	<b>571</b>

**Cronograma esperado de desembolsos em 31 de dezembro de 2023**

	Trabalhistas
Até 5 anos	664
<b>Total</b>	<b>664</b>

**b) Passivos contingentes - Possíveis**

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

**Saldo dos passivos contingentes classificados como possíveis**

	31.12.2023	31.12.2022
Demandas fiscais <sup>1</sup>	5.883	6.289
<b>Total</b>	<b>5.883</b>	<b>6.289</b>

<sup>1</sup> Referem-se, basicamente, às ações de cobrança de ISS. Em 31 de dezembro de 2023, as multas relativas à não homologação de compensações (PEF/DCOMP) foram canceladas pela Receita Federal, em cumprimento à decisão do STF (Tema 736) de março de 2023.

**c) Depósito em garantia de recursos**

**Saldo dos depósitos em garantia constituídos para as contingências**

	31.12.2023	31.12.2022
Demandas trabalhistas	17	15
Demandas cíveis	9	8
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>23</b>

**d) Obrigações Legais**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém registrado na rubrica Outros Passivos a obrigação legal no montante de R\$ 8.113 (R\$ 6.165 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia obteve liminar para assegurar que recolha o PIS e a COFINS sem a inclusão do ISS até o julgamento do processo, suspendendo-se a exigibilidade da referida parcela.

**20. PARTES RELACIONADAS**

**a) Sumário das transações com partes relacionadas**

As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Banco Votorantim, Conglomerado Banco do Brasil e a Votorantim S.A.

	31.12.2023	Banco do Brasil	Votorantim S.A. e controladas	Total
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	15	38	53	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	195.324	195.324	
<b>Passivos</b>				
Outros passivos	-	(117.285)	(117.285)	
<b>Resultado</b>				
Receitas financeiras	-	32.520	32.520	
<b>Total</b>				

**21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

Os principais benefícios oferecidos aos empregados do Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, previstos em acordo coletivo da categoria são: seguro saúde, seguro de vida, assistência odontológica, vales refeição e alimentação, programas de remuneração variável e participação nos lucros e resultados. Dentre os benefícios mencionados, destacamos os programas de remuneração variável.

No primeiro semestre de 2017, o Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, implementou um novo programa de remuneração variável. São elegíveis ao programa os diretores e empregados do Conglomerado. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de março de 2017 e foram encerrados no exercício de competência de 2018, com efeitos até fevereiro de 2023.

Em 2021, o Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, implementou para os executivos, um plano de incentivo de longo prazo, que consiste em uma expectativa de direito de recebimento em ações virtuais, condicionado ao desempenho da organização no horizonte do tempo, com o objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos executivos aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma visão de longo prazo. Este plano tem duração de até 4 anos.

Em 31 de dezembro de 2023, os montantes relativos às transações de incentivos de longo prazo reconhecidos no resultado em Despesa de pessoal - Proventos foi de R\$ 1.048 (R\$ 1.619 em 31 de dezembro de 2022). Tais incentivos tornam-se de direito entre 1 e no máximo 4 anos contados da data da concessão.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não ocorreram pagamentos aos colaboradores referentes aos programas de remuneração de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou na rubrica Outros passivos - Provisão para despesas de pessoal o montante de R\$ 2.240 (R\$ 1.619 em 31 de dezembro de 2022).

**Movimentação de ações virtuais**

	31.12.2023	31.12.2022
Plano ILP		
Quantidade inicial	-	-
Novas/Atualizações	483.474	-
Quantidade final <sup>1</sup>	483.474	-

<sup>1</sup> O Plano ILP para executivos nesta Companhia iniciou no exercício de competência de 2022.

Além dos benefícios previstos em acordo coletivo da categoria, o Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, ainda oferece outros benefícios, dentre os quais destacamos o plano de previdência privada de contribuição definida, nas modalidades PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) e VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres), onde o Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, na qualidade de patrocinador contribui para formação do montante a ser revertido em renda complementar de aposentadoria pós-emprego.

O programa de previdência privada tem como objetivo (i) reforçar o vínculo de longo prazo; (ii) conscientização do planejamento financeiro; e (iii) complementar a renda na aposentadoria.

**GERENCIAMENTO DE RISCOS**

**1) Processo de gestão de riscos**

O Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, realiza a gestão do risco de crédito por intermédio da adoção de instrumentos e ferramentas que permitem a identificação, avaliação, mensuração, acompanhamento e reporte do risco incorrido em suas atividades nas principais etapas do risco de crédito, sendo elas a concessão de crédito, monitoramento de crédito e recuperação de crédito.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, agrupados principalmente nas seguintes categorias de risco: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

Em linha ao estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Instituição dispõe de estruturas e políticas institucionais para o gerenciamento do risco operacional, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez aprovados pelo Conselho de Administração. Os princípios básicos observados na gestão e controle foram estabelecidos de acordo com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

**a) Risco de crédito**

**(i) Definição**

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; e
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

Os estágios de enquadramento dos ativos são revisados mensalmente, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira dos clientes. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação.

Um ativo migrará de estágio a medida que seu risco de crédito aumentar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado for revertido, o ativo financeiro poderá voltar para estágios anteriores.

**b) Risco mercado**

**(i) Definição**

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de commodities, entre outros.

Hierarquia do valor justo

O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco. O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- **Nível 2:** inputs incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os ativos financeiros estão contabilizados pelo seu valor justo, sendo que os títulos públicos enquadram-se no nível 1 e as cotas de fundos de investimento no nível 3.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação